

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESCADA
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
 Dezembro(31/12/2018)

Exercício de 2018



1 of 2

GRUPO: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (Nota 1)	91.191.632,69	86.658.660,54	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (Nota 5)	70.409.253,75	75.644.662,94
<u>ORDINÁRIO</u>	<u>56.110.829,33</u>	<u>0,00</u>	<u>ORDINÁRIO</u>	<u>32.525.454,16</u>	<u>0,00</u>
<u>TESOURO</u>	<u>35.080.803,36</u>	<u>96.832.931,38</u>	<u>TESOURO</u>	<u>37.883.799,59</u>	<u>75.644.662,94</u>
EDUCAÇÃO	0,00	33.077.131,78	EDUCAÇÃO	0,00	44.423.394,57
ORDINARIO	0,00	63.755.799,60	ORDINARIO	0,00	31.221.268,37
COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB - 40% E 60%	3.383.726,04	0,00	COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB - 40% E 60%	4.124,66	0,00
CONVÊNIO EDUCAÇÃO	53.448,53	0,00	CONVÊNIO EDUCAÇÃO	155.172,88	0,00
FUNDEB 40% E 60%	27.898.004,67	0,00	FUNDEB 40% E 60%	36.021.598,26	0,00
OUTRAS TRANSF. DO FNDE	23.856,00	0,00	OUTRAS TRANSF. DO FNDE	23.856,00	0,00
PDDE	10.820,00	0,00	OUTROS CONVÊNIOS	31.498,34	0,00
PNAE	1.028.846,40	0,00	PNAE	915.124,40	0,00
PNATE	181.960,58	0,00	PNATE	34.621,03	0,00
RECURSOS TRANSFERIDOS PELO FNDE	903.366,22	0,00	SALÁRIO EDUCAÇÃO	697.804,02	0,00
SALÁRIO EDUCAÇÃO	1.596.774,92	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS (Nota 6)	39.832.516,71	20.828.123,42
<u>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</u>	<u>0,00</u>	<u>-10.174.270,84</u>	<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</u>	<u>39.832.516,71</u>	<u>20.828.123,42</u>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS (Nota 2)	17.182.993,31	0,00	REPASSE CONCEDIDO	39.832.516,71	20.828.123,42
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</u>	<u>17.182.993,31</u>	<u>0,00</u>	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA (Nota 7)	12.870.258,30	14.474.175,83
REPASSE RECEBIDO	17.182.993,31	0,00	<u>RESTOS A PAGAR (PAGOS)</u>	<u>6.880.201,49</u>	<u>6.347.776,50</u>
EXTRA-ORÇAMENTARIA (Nota 3)	15.252.020,68	21.650.654,01	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	1.565.377,48	52.850,00
<u>RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)</u>	<u>8.519.990,70</u>	<u>13.213.522,32</u>	RP PROCESSADOS PAGOS	5.314.824,01	6.294.926,50
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	571.112,93	1.714.831,81	<u>CONSIGNAÇÕES</u>	<u>5.990.056,81</u>	<u>8.126.399,33</u>
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	7.948.877,77	11.498.690,51	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	443.462,95	444.282,29
<u>CONSIGNAÇÕES</u>	<u>6.732.029,98</u>	<u>8.437.131,69</u>	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	1.175.746,32	969.286,99
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	480.934,81	524.320,15	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS	198,18	0,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	1.288.394,57	1.045.471,69	ISS	116.469,07	107.725,11
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS	190,84	0,00	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	722.302,01	320.519,48
ISS	143.295,34	106.913,04	PENSÃO ALIMENTÍCIA	160.376,93	207.902,49
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	1.203.082,54	493.461,16	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	634.605,66	2.815.708,78
PENSÃO ALIMENTÍCIA	90.577,11	138.545,96	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	2.736.895,69	3.260.974,19
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	511.667,76	3.168.533,02	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE (Nota 8)	2.775.224,40	2.260.606,48
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	3.013.887,01	2.959.886,67	<u>CONTA ÚNICA</u>	<u>2.775.224,40</u>	<u>2.260.606,48</u>
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR (Nota 4)	2.260.606,48	4.898.254,12	TOTAL	125.887.253,16	113.207.568,67
<u>CONTA ÚNICA</u>	<u>2.260.606,48</u>	<u>4.898.254,12</u>			

LUCRÉCIO JORGE GOMES PEREIRA DA SILVA
 PREFEITO
 213.678.504-44

WILMAR PIRES BEZERRA
 CONTADOR
 CRC Nº 015662/O-2

Documento Assinado Digitalmente por: LUCRECIO JORGE GOMES PEREIRA DA SILVA. WILMAR PIRES BEZERRA
 Assessoria: https://etce.leg.br/ep/validarDocumento.aspx?CodigoDocumento=871d6a72-10b8-4082-809b-df72168f2779

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESCADA
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro(31/12/2018)

Exercício de 2018



2 of 2

GRUPO: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
TOTAL	125.887.253,16	113.207.568,67			

Documento Assinado Digitalmente por: LUCRECIO JORGE GOMES PEREIRA DA SILVA, WILMAR PIRES BEZERRA
Assesment: https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 871d6a72-10b8-4082-8d9b-df72168f2779

LUCRÉCIO JORGE GOMES PEREIRA DA SILVA
PREFEITO
213.678.504-44

WILMAR PIRES BEZERRA
CONTADOR
CRC Nº 015662/O-2



Secretaria de Desenvolvimento Institucional

BALANÇO GERAL

Demonstrações Contábeis

Exercício de 2018

Balanço Financeiro
Anexo 13 da Lei Federal 4.320/64

Prestação de Contas de Gestão
Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018
Alterada pela Resolução TC nº 052, de 13 de fevereiro de 2019

(Reservados os direitos autorais e intelectuais destas notas explicativas sendo vedado a reprodução sem autorização do CESPAM)

Documento Assinado Digitalmente por: LUCRECIO JORGE GOMES PEREIRA DA SILVA, WILMAR PIRES BEZERRA
Acesse em: <https://stcpe.fao.gov.br/assinatura/validarDocumento?CodigoDocumento=871467211018408281041721692370>



APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis (DCON) contemplam a execução e a análise dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, sendo materializadas tanto nos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido extraídos do Sistema Contábil **Fiorilli**, como nas respectivas Notas Explicativas.

Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldo Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 10 – Contabilização de Consórcios Públicos; 11 – Contabilização de retenções; 12 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 13 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 14 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 15 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV E XXV da Resolução TCE-PE nº 48, de 19 de dezembro de 2018, bem como foram criados “novos” demonstrativos exigidos pelo Anexo II como por exemplo: o demonstrativo da dívida fluante (Anexo XXV) e dentre outros.

Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.



Analisando os resultados de 2018, observamos que as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram **R\$ 91.191.632,69**. As transferências financeiras recebidas foram no total de **R\$ 17.182.993,31** e os ingressos extraorçamentários **R\$ 15.252.020,68**. Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluído o refinanciamento da dívida), houve empenhamento na ordem de **R\$ 70.409.253,75**. Os desembolsos extraorçamentários foram de **R\$ 12.870.258,30**. As transferências financeiras concedidas foram no total de **R\$ 39.832.516,71**. Os saldos vindos do exercício anterior (01/01/2018) totalizaram **R\$ 2.260.606,48**. Ao final do exercício (31/12/2018) os saldos finais totalizaram **R\$ 2.775.224,40**, gerando o resultado superavitário de **R\$ 514.617,92**.

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes a DCON.

Lucrécio Jorge Gomes Pereira da Silva
Prefeito

Jorge Luis de Assis
Secretário do Desenvolvimento Institucional

Documento Assinado Digitalmente por: LUCRECIO JORGE GOMES PEREIRA DA SILVA, WILMAR PIRES BEZERRA
Assinado em: 07/01/2019
Assinatura: http://atce.ce.gov.br/ppp/validaDoc.seam Código do documento: 871d6872-10b8-4082-8d9b-df72168f2779

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESCADA
Demonstrações Contábeis
Exercício de 2018



(Resolução TCE-PE nº 048, de 19 de dezembro de 2018)
(Alterada pela Resolução TCE-PE nº 052, de 13 de fevereiro de 2019)

NOTAS EXPLICATIVAS
(ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome do órgão ou entidade: Prefeitura Municipal de Escada de Escada
Natureza jurídica (conforme código da RFB): 120-1 – Fundo Público.
CNPJ: 11.294.303/0001-80.
Domicílio do órgão ou entidade: Av. Dr. Antônio de Castro nº 680 – Bairro: Jaguaribe – Cidade: Escada – Pernambuco – CEP: 55.500-000.
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: A Prefeitura Municipal de Escada concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4. "Município" possui como atividade principal "a administração pública geral". Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE é de 25.349 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 1,4. Durante o exercício de 2018 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 2490 de 21 de dezembro de 2017 (LOA para o ano de 2018).
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
Dados do gestor: Nome: Lucrécio Jorge Gomes Pereira da Silva. Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2018 a 31/12/2018.
Dados do contador da entidade responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis e elaboração das notas explicativas: Nome: Wilmar Pires Bezerra. CRC-PE nº 015662/O-2. E-mail: wilmar@cespam.com.br.
Nome do Software de Contabilidade utilizado na entidade: Prefeitura Municipal de Escada – Fiorilli;
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: http://transparencia.escada.pe.gov.br/

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 "a" do Anexo II da Resolução TC nº 048/2018 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.
b.2. Bases de mensuração utilizadas: O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto (caixa para as receitas e competência para as despesas) conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

Documento Assinado Digitalmente por: LUCRECIO JORGE GOMES PEREIRA DA SILVA, WILMAR PIRES BEZERRA
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/ppp/realizaDoc.aspx?CodigoDocumento=871d672-10b8-4082-8d9b-d7216882779>



b.2.1 O caixa e equivalente de caixa:

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo:

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques:

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários:

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2018, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2018, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado:

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (*impairment*) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível:

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante:



As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos:

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões:

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado:

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Financeiro.

A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir será apresentada de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 13 – Balanço Financeiro da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2018
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**



ESPECIFICAÇÃO	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (Nota 1)	91.191.632,69	86.658.660,54
<u>ORDINÁRIO</u>	<u>56.110.829,33</u>	<u>0,00</u>
<u>TESOURO</u>	<u>35.080.803,36</u>	<u>96.832.931,38</u>
EDUCAÇÃO	0,00	33.077.131,78
ORDINARIO	0,00	63.755.799,60
COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB - 40% E 60%	3.383.726,04	0,00
CONVÊNIO EDUCAÇÃO	53.448,53	0,00
FUNDEB 40% E 60%	27.898.004,67	0,00
OUTRAS TRANSF. DO FNDE	23.856,00	0,00
PDDE	10.820,00	0,00
PNAE	1.028.846,40	0,00
PNATE	181.960,58	0,00
RECURSOS TRANSFERIDOS PELO FNDE	903.366,22	0,00
SALÁRIO EDUCAÇÃO	1.596.774,92	0,00
<u>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</u>	<u>0,00</u>	<u>-10.174.270,84</u>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS (Nota 2)	17.182.993,31	0,00
<u>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</u>	<u>17.182.993,31</u>	<u>0,00</u>
REPASSE RECEBIDO	17.182.993,31	0,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA (Nota 3)	15.252.020,68	21.650.654,01
<u>RESTOS A PAGAR (INSCRIÇÃO)</u>	<u>8.519.990,70</u>	<u>13.213.522,32</u>
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	571.112,93	1.714.831,81
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	7.948.877,77	11.498.690,51
<u>CONSIGNAÇÕES</u>	<u>6.732.029,98</u>	<u>8.437.131,69</u>
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	480.934,81	524.320,15
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	1.288.394,57	1.045.471,69
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS	190,84	0,00
ISS	143.295,34	106.913,04
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	1.203.082,54	493.461,16
PENSÃO ALIMENTÍCIA	90.577,11	138.545,96
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	511.667,76	3.168.533,02
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	3.013.887,01	2.959.886,67
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR (Nota 4)	2.260.606,48	4.898.254,12
<u>CONTA ÚNICA</u>	<u>2.260.606,48</u>	<u>4.898.254,12</u>

Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2018 foi de R\$ 91.191.632,69.

Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 17.182.993,31 e para cobertura do déficit financeiro do RPPS de R\$ 0,00, ambas totalizando o valor de R\$ 17.182.993,31.

Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 15.252.020,68, sendo R\$ 6.732.029,98, decorrentes de depósitos, consignações bancárias e valores restituíveis, R\$ 8.519.990,70 relativo a inscrição dos restos a pagar.

Nota 4) SALDO DO ANTERIOR: O valor disponível em bancos em 31/12/2017 foi de R\$ 2.260.606,48, além de R\$ 0,00 em investimentos e aplicações temporárias. O saldo de depósitos restituíveis e valores vinculados foi de R\$ 0,00.



ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (Nota 5)	70.409.253,75	75.644.662,94
<u>ORDINÁRIO</u>	<u>32.525.454,16</u>	<u>0,00</u>
<u>TESOURO</u>	<u>37.883.799,59</u>	<u>75.644.662,94</u>
EDUCAÇÃO	0,00	44.423.394,57
ORDINARIO	0,00	31.221.268,37
COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB - 40% E 60%	4.124,66	0,00
CONVÊNIO EDUCAÇÃO	155.172,88	0,00
FUNDEB 40% E 60%	36.021.598,26	0,00
OUTRAS TRANSF. DO FNDE	23.856,00	0,00
OUTROS CONVÊNIOS	31.498,34	0,00
PNAE	915.124,40	0,00
PNATE	34.621,03	0,00
SALÁRIO EDUCAÇÃO	697.804,02	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS (Nota 6)	39.832.516,71	20.828.123,42
<u>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</u>	<u>39.832.516,71</u>	<u>20.828.123,42</u>
REPASSE CONCEDIDO	39.832.516,71	20.828.123,42
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA (Nota 7)	12.870.258,30	14.474.175,83
<u>RESTOS A PAGAR (PAGOS)</u>	<u>6.880.201,49</u>	<u>6.347.776,50</u>
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	1.565.377,48	52.850,00
RP PROCESSADOS PAGOS	5.314.824,01	6.294.926,50
<u>CONSIGNAÇÕES</u>	<u>5.990.056,81</u>	<u>8.126.399,33</u>
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	443.462,95	444.282,29
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	1.175.746,32	969.286,99
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS	198,18	0,00
ISS	116.469,07	107.725,11
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	722.302,01	320.519,48
PENSÃO ALIMENTÍCIA	160.376,93	207.902,49
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	634.605,66	2.815.708,78
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	2.736.895,69	3.260.974,19
SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE (Nota 8)	2.775.224,40	2.260.606,48
<u>CONTA ÚNICA</u>	<u>2.775.224,40</u>	<u>2.260.606,48</u>
TOTAL	125.887.253,16	113.207.568,67

Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 70.409.253,75.

Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor das transferências financeiras concedidas somam R\$ 39.832.516,71.

Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 12.870.258,30. Deste valor os restos a pagar processados e não processados somam R\$ 6.880.201,49, enquanto os depósitos, consignações e valores restituíveis somam R\$ 5.990.056,81.

Nota 8) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em bancos em 31/12/2018 foi de R\$ 2.775.224,40. Em investimentos e aplicações temporárias e depósitos restituíveis R\$ 0,00 e valores vinculados foi de R\$838.575,50, totalizando R\$ 2.775.224,40.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.

d.2.Divulgações não financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.



	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria do Desenvolvimento Institucional	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria do Desenvolvimento Institucional	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria do Desenvolvimento Institucional	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria do Desenvolvimento Institucional	01/01/2018	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria do Desenvolvimento Institucional	Imediato	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria do Desenvolvimento Institucional	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria do Desenvolvimento Institucional	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria do Desenvolvimento Institucional	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria do Desenvolvimento Institucional	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria do Desenvolvimento Institucional	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria do Desenvolvimento Institucional	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria do Desenvolvimento Institucional	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria do Desenvolvimento Institucional	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria do Desenvolvimento Institucional	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria do Desenvolvimento Institucional	01/01/2021	Concluído
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria do Desenvolvimento Institucional	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria do Desenvolvimento Institucional	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria do Desenvolvimento Institucional	01/01/2022	Concluído
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria do Desenvolvimento Institucional	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria do Desenvolvimento Institucional	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria do Desenvolvimento Institucional	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria do Desenvolvimento Institucional	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria do Desenvolvimento Institucional	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria do Desenvolvimento Institucional	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretaria do Desenvolvimento Institucional	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretaria do Desenvolvimento Institucional	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretaria do Desenvolvimento Institucional	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

LUCRÉCIO JORGE GOMES PEREIRA DA SILVA
Prefeito

WILMAR PIRES BEZERRA
Contador
CRC-PE Nº 015662/O-2